

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

(Anteriormente denominada Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 58.229.246/0001-10
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 8º Andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.
 Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais.

São Paulo, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2019		2018		PASSIVO	2019		2018	
CIRCULANTE	265.609		200.327		CIRCULANTE	7.042		9.852	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	85		46		OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.042		9.852	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5b)	258.595		191.744		Sociais e Estatutárias	1.959		1.177	
Carteira Própria	258.595		191.744		Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	3.891		6.658	
OUTROS CRÉDITOS	6.913		8.523		Diversas (Nota 8b)	1.192		1.477	
Rendidas a Receber	182		819						
Diversos (Nota 6)	6.731		7.704		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	72.432		76.715	
OUTROS VALORES E BENS	16		14		OUTRAS OBRIGAÇÕES	72.432		76.715	
Despesas Antecipadas	16		14		Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	1.320		594	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	255.398		314.526		Diversas (Nota 8b)	71.112		76.121	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5b)	159.409		218.577						
Carteira Própria	159.409		218.577		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9)	441.534		428.475	
OUTROS CRÉDITOS	95.989		95.949		Capital:				
Diversos (Nota 6)	95.989		95.949		- De Domiciliados no País	217.743		217.743	
PERMANENTE	1		189		Reserva de Capital	2.640		2.640	
INVESTIMENTOS	1		1		Reservas de Lucros	221.167		207.920	
IMOBILIZADO DE USO	-		181		Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16)		172	
Outras Imobilizações de Uso	-		337						
Depreciações Acumuladas	-		(156)						
INTANGÍVEL	-		7						
Ativos Intangíveis	-		11						
Amortizações Acumuladas	-		(4)						
Total	521.008		515.042		Total	521.008		515.042	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.632	15.661
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	12.632	15.661
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.632	15.661
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(833)	(1.724)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10)	1.654	3.828
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(2.135)	(1.449)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(747)	(1.051)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	1.280	1.725
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(885)	(4.777)
RESULTADO OPERACIONAL	11.799	13.937
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.799	13.937
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16b)	(4.214)	(7.307)
Provisão para Imposto de Renda	(2.584)	(4.527)
Provisão para Contribuição Social	(1.848)	(3.668)
Ativo Fiscal Diferido	218	888
LUCRO LÍQUIDO	7.585	6.630
Número de ações (Nota 9a)	181.237.792	181.237.792
Lucro por lote de mil ações em R\$	41,85	36,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.799	13.937
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas/(Reversões) com Provisões Trabalhistas e Fiscais	804	4.666
Despesas com Amortizações	23	23
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	12.603	18.626
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	37.249	74.594
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	260	5.833
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(97)	(94.521)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.317)	(20.524)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	38.698	(15.992)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(34.547)	24.193
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(34.547)	24.193
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(4.176)	(8.195)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(4.176)	(8.195)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(25)	6
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	110	40
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	85	46
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(25)	6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição), tem como objeto social a realização de todas as operações permitidas às sociedades da espécie, pelas disposições legais e regulamentares em vigor, dentre as quais: praticar operações no mercado de câmbio; realizar a intermediação de operações de câmbio em todas as modalidades; prestar serviços de orientação, assessoramento e assistência técnica em operações relacionadas a câmbio, bem como em operações relacionadas com a movimentação e registro de capitais internacionais. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).
 A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
 As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: provisões fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
 As demonstrações contábeis foram aprovadas em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
 As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial.
 As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (3)	70.325	725	1.938
Debêntures	-	-	-
Letras financeiras	1.450	725	1.126
Letras do tesouro nacional	68.875	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	812
Disponível para venda	72.999	72.999	72.999
Letras financeiras do tesouro	-	-	232.408
Total em 2019	70.325	725	74.937
Total em 2018	40.958	2.844	41.488

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimento, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre a Corretora possuía R\$ 185.596 mil (2018 - R\$ 151.514 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco.
 (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponíveis, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
 (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial, os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Títulos de renda fixa	12.632	15.661
Total	12.632	15.661

d) A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio, não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia	82.384	81.306
Créditos tributários (Nota 16c)	19.499	21.595
Impostos e contribuições a compensar	837	752
Total	102.720	103.653

7) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
 Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
 A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.
 O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.
Processos trabalhistas
 São ações ajuizadas por empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.
Provisão para riscos fiscais
 A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.
 Destacamos as lesões:
 - Contribuição Social - Diferença de alíquota - Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torná-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, envolvendo o montante de R\$ 45.005 mil (2018 - R\$ 43.838 mil); e
 - Imposto de Renda - Lei nº 8.200/91 - Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, envolvendo provisão de R\$ 11.580 mil (2018 - R\$ 11.456 mil).
 Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.
Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro 2018	1.548	66.683
Atualização monetária	103	782
Constituições líquidas de reversões e baixas	(81)	-
Pagamentos	(118)	-
Em 30 de junho de 2019	1.570	66.277

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2017	217.743	2.640	43.549	159.399	(49)	-	423.282
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	221	-	221
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	6.630	6.630
Destinações: - Reservas de Lucros	-	-	4.972	-	-	(4.972)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.658)	(1.658)
Saldos em 30.6.2018	217.743	2.640	43.549	164.371	172	-	428.475
Saldos em 31.12.2018	217.743	2.640	43.549	171.929	(26)	-	435.835
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	10	-	10
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	7.585	7.585
Destinações: - Reservas de Lucros	-	-	-	5.689	-	(5.689)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.896)	(1.896)
Saldos em 30.6.2019	217.743	2.640	43.549	177.618	(16)	-	441.534

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação
Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
 Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
 Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
 Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
 Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:
Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
Obrigações legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
h) Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).
i) Eventos subsequentes
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
 São compostos por:
Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 85 mil (2018 - R\$ 46 mil).
5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	232.408	258.807
C		

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

(Anteriormente denominada Bradesco-Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 58.229.246/0001-10
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064 - 8º Andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo dos dividendos relativos ao semestre findo em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido.....	7.585	6.630
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	-	-
Base de cálculo.....	7.585	6.630
Dividendos propostos sobre o lucro do semestre.....	1.896	1.658
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	25%	25%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	10,46	9,15

d) Lucro por Ação

Lucro por Ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

10) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	2019	2018
Serviços de corretagens.....	-	1.608	1.608
Serviços de custódia.....	1.654	2.220	2.220
Total.....	1.654	3.828	3.828

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	2019	2018
Serviços técnicos especializados.....	975	712	712
Despesas de seguros.....	889	201	201
Despesas de publicações.....	139	48	318
Serviços do sistema financeiro.....	48	155	155
Contribuições filantrópicas.....	32	23	23
Depreciação e amortização.....	52	40	40
Outras.....	2.135	1.449	1.449

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	2019	2018
Contribuição à Cofins.....	572	701	701
Contribuição ao PIS.....	92	114	114
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	83	191	191
Outras.....	-	45	45
Total.....	747	1.051	1,051

13) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	2019	2018
Atualização de depósitos judiciais.....	1.166	1.458	1.458
Reversão de provisões trabalhistas.....	81	-	-
Outras.....	33	267	267
Total.....	1.280	1.725	1.725

14) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	2019	2018
Atualização monetária sobre impostos e contribuições.....	695	945	945
Provisões trabalhistas.....	103	3.832	3.832
Outras.....	87	-	-
Total.....	885	4.777	4.777

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	2019	2018
Ativos		
Disponibilidades.....	85	46
Passivos		
Dividendos a pagar.....	1.896	1.658
Resultado		
Despesas de serviços sistema financeiro.....	-	(1)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

	2019	2018
16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	11.799	13.937
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e).....	(4.719)	(6.272)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis liquidas de receitas não tributáveis.....	(13)	(70)
Outros valores.....	518	(965)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(4.214)	(7.307)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.432)	(6.195)
Impostos diferidos:		
Constituição/(Realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	218	888
Total dos ativos fiscais diferidos.....	218	888
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(4.214)	(7.307)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos		

	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2019
Provisões fiscais.....	17.405	315	-	17.720
Provisões trabalhistas.....	619	41	32	628
Outros.....	1.247	40	146	1.414
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	19.271	396	178	19.489
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	17	10	17	10
Total dos créditos tributários (Notas 3e e 6).....	19.288	406	195	19.499
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	435	24	1.320	1.320
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	18.379	(29)	171	18.179

	2019	2018
d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		
2019.....	2.349	1.410
2020.....	2.621	1.572
2021.....	2.621	1.372
2022.....	2.353	1.412
2023.....	2.237	1.342
Total.....	12.181	7.308

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, montou a R\$ 18.604 mil (2018 - R\$ 20.504 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio foram devidamente atizados.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas de mercado, de liquidez e operacional.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/11 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA
 Vinícius Panaro - Contador CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 13 de agosto de 2019

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Aos Acionistas e aos Administradores da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nas demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Devo mentir para os clientes a pedido do meu chefe?

Acesse o blog Divã Executivo no site do Valor Econômico e conheça essas e outras questões de nossos leitores, respondidas por especialistas em gestão de carreira. **Leia em:** www.valor.com.br/carreira/diva-executivo

Divã Executivo
 Valor

MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.
 CNPJ nº 14.882.376/0001-81 - NIRE 35.300.416.546
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30.4.2019
 Aos 30 dias do mês de abril de 2019, às 14h10, na sede social, Alameda Rio Negro, 585, Edifício Jauperei, Bloco D, 15º andar, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06454-000, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Sociedade tendo assumido presidência dos trabalhos o senhor Maurício Machado de Minas. Durante a reunião, os Conselheiros deliberaram: a) registrar o pedido de renúncia, ao cargo de Diretor-Presidente da Sociedade, formulado pelo senhor Cesário Narihito Nakamura, em carta de 16.11.2018, cuja transcrição foi dispensada, a qual encontra-se arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Foi consignado na ocasião agradecimentos pelos serviços prestados; b) promover o senhor Francisco José Pereira Terra, Diretor, ao cargo de Diretor-Presidente, o qual cumprirá o mandato em curso de 2 (dois) anos, que se estenderá até a posse dos novos administradores que serão eleitos na Reunião deste Orgão de 2020. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Conselheiros presentes assinam. a) Maurício Machado de Minas, Roberto Catalão Cardoso e José Rolando Pedro Silva Olmos. Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. a) Francisco José Pereira Terra, Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP, Certificado de registro sob número 344.515/19-9, em 1.7.2019. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER - N.º 113/2019/UASG N.º 926703
 Processo nº: 067001007680/2019.
 Objeto: PREGÃO Eletrônico - Registro de Preços para aquisição materiais de Pintura. Total de Itens Licitados: 57.
 Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 15/08/2019 de 08h00 as 12h00 e de 13h as 17h00.
 Endereços: Rua Engenheiro Roberto Gonçalves Menezes, n.º 71, Centro, Maceió/AL - CEP 57.020-680, ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou <http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/>
 Entrega das Propostas: A partir de 15/08/2019 as 08h00 no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
 Abertura das Propostas: 28/08/2019 as 09h (horário de Brasília) no site <http://www.comprasnet.gov.br/>
 Maceió/AL, 13 de agosto de 2019.
 JORGE ALDO DA ROCHA
 Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL n.º 103/2019.
A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL/ARSER avisa que realizará licitação conforme resumo:
 - INTERESSADO: Secretária Municipal de Economia - SEMEC - DATA E HORA DA SESSÃO DE DISPUTA: 28 agosto de 2019 as 09h, horário de Brasília. LOCAL: Rua Engenheiro Roberto Gonçalves Menezes, nº 71 - Centro - Maceió/AL - CEP: 57.020-680. OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para Movimento da Conta Única e Processamento de Folha de Pagamento do Município de Maceió, nos termos e especificações constantes no Edital e seus anexos. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.maceio.al.gov.br ou diretamente na ARSER. Telefone (082) 3315-3713 / 3714 e 3715 - ramal 4010.
 Maceió, 13 de agosto de 2019.
 Jorge Luiz Sandes Bandeira
 Pregoeiro

8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RFB DO PORTO DE SANTOS
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico
 O Serviço de Programação e Logística (SEPOL) da Alfândega da RFB do Porto de Santos comunica a realização de Pregão Eletrônico ALF/STS nº 02/2019, nos termos do respectivo Edital e seus Anexos.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de armazenagem, guarda, controle e movimentação de mercadorias aprendidas e de bens sob a guarda ou de propriedade da Alfândega da receita Federal do Brasil do Porto de Santos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
Período de Envio das Propostas: de 14 de agosto de 2019, às 9h, até 28 de agosto de 2019, às 10h. Data de realização da Sessão Pública para Lances: dia 28 de agosto de 2019, a partir das 10h.
Endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Licitantes: Pessoas jurídicas interessadas, previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF), na forma do disposto no caput do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005 e que atenderem todas as exigências constantes no Edital e seus Anexos.
Informações: Alfândega da RFB do Porto de Santos, Praça da República s/nº, Centro, Santos/SP, 3º andar, Ala "B", Grupo de Licitações - GLIC, ou pelo telefone: (13) 3208-2021, no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Edital: Disponível para consulta no endereço acima e também pela internet, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Santos, 12 de agosto de 2019
Rafael Abdala Silva e Silva
Chefe Substituto do SEPOL
(Documento assinado digitalmente)

COMANDO DA AERONÁUTICA GRUPO DE APOIO DE SÃO PAULO
MINISTÉRIO DA DEFESA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 105/GAP-SP/2019
 O Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP), UASG 120633, torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 105/GAP-SP/2019, cujo objeto é a Aquisição de Material Permanente para Seção de Informática, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital. Data e horário de início da sessão do Pregão Eletrônico: 10:00 horas do dia 26 de agosto de 2019. Os interessados em participar do certame poderão tomar conhecimento do Edital através do site www.comprasgovernamentais.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas no horário de expediente do Órgão, na Divisão de Obtenção, à Av. Olavo Fontoura, 1300 - Santana, São Paulo-SP, pelo telefone (011) 2224-9921 ou pelo e-mail pregoeiro.gaps@fab.mil.br.
WAGNER GOMES DE ARAÚJO Cai Int
Ordenador de Despesas

EDITAL
 Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 86/2019 - 09010200012019OC00247**, referente ao processo nº 1266608/2019, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PRODUTOS PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA E FECAL, DE USO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 27/08/2019 às 10:00 horas.
 Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir do dia 15/08/2019, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
 O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

Assine Valor
 Ligue e assinie agora:
 0800 7018888